

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA TERRITORIAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO  
DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – REGIONAL I  
(AP-01)**

**Bairros: Barra do Ceará, Jardim Guanabara, Jardim Iracema e Vila Velha.**

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de 2006, às 18 horas, no Centro de Cidadania João Marçal, localizado à Av. Francisco Sá, S/Nº, em Fortaleza – Ceará, foi realizada a Audiência Pública Territorial do Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, da Área de Participação 01 (AP - 01), abrangendo os Bairros pertencentes à Secretaria Executiva Regional I: Barra do Ceará, Jardim Guanabara, Jardim Iracema e Vila Velha. Inicialmente a representante do PDPFor, Paula Rabelo, chamou as seguintes autoridades para compor a mesa de abertura: José Meneleu Neto, Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento, Vereador João da Cruz, representante da Câmara Municipal no Núcleo Gestor, e o Advogado Igor Moreira, militante do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) e membro do Núcleo Gestor do PDP. Após o uso da palavra por parte dos senhores João da Cruz e Igor Moreira, Paula Rabelo explicou aos presentes a dinâmica da Audiência Pública, ressaltando que as Audiências Territoriais têm por objetivos discutir e propor políticas, estratégias, planos e programas de atuação administrativa, bem como afirmar o papel da população no desenvolvimento da cidade e propiciar a participação efetiva da sociedade através da apresentação de propostas aos eixos temáticos indicativos, assim como a proposta de novos eixos. Paula explicou ainda que, conforme o Regulamento aprovado pelo Núcleo Gestor, as inscrições seriam encerradas uma hora após à abertura da Audiência Pública Territorial, ou seja às 19 horas, e que a apresentação de propostas poderia acontecer a partir do início da Audiência até o término da eleição dos delegados. Paula Rabelo orientou sobre o procedimento, no que dizia respeito as propostas a serem encaminhadas pela população, que deveriam estar em acordo com os objetivos do Plano, devendo estar enquadradas em um dos cinco eixos prioritários, definidos no I Fórum do PDP, que estavam afixados nos locais de recebimento das propostas, na entrada da quadra do Centro de Cidadania João Marçal. Em seguida o Senhor Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento, José Meneleu Neto, falou dos objetivos das Audiências Territoriais, uma vez que trata-se de um momento especial para a cidade, onde se analisará a forma pela qual Fortaleza vem se desenvolvendo, tendo em vista os princípios da sustentabilidade socioambiental. Falou que a cidade é um organismo vivo e, como tal, tem de ser cuidado levando-se em conta todos os atores sociais que a constituem. Explicou que o Plano Diretor é uma Lei de iniciativa do poder Executivo, que deverá ser enviada para a Câmara Municipal, que depois de analisada e debatida, será aprovada pelos vereadores. Explicou ainda que o PDPfor está sendo elaborado a partir de um processo participativo envolvendo representantes de vários territórios e setores da sociedade, como os movimentos sociais, os trabalhadores, os empresários, as lideranças

comunitárias e a população de um modo geral, sendo que todos e todas são chamados para dar suas contribuições. Segundo Meneleu, o Plano Diretor é um instrumento norteador da política de desenvolvimento urbano municipal. Isto significa que orienta o crescimento e a organização dos espaços urbanos de modo que a cidade e a propriedade cumpram a sua função social. O Plano Diretor também vai orientar o governo nas prioridades de investimentos públicos em relação ao desenvolvimento urbano, especificando, por exemplo, em que áreas da cidade devem ser construídos os conjuntos habitacionais e os equipamentos de saúde, educação, lazer. Após a explanação do Sr. Secretário da SEPLA, José Meneleu, a assessora técnica do Plano Diretor Participativo, Arquiteta Beatriz Rufino, e o técnico da Habitafor, Daniel Rodrigues, fizeram uma apresentação em slide do BrOffice sobre o Plano Diretor. Primeiramente definiram o que é Plano Diretor como sendo um instrumento norteador da política de desenvolvimento urbano municipal, significando que esse instrumento orienta o crescimento e a organização dos espaços urbano, de modo que, a cidade e a propriedade urbana cumpram a sua função social. Beatriz enfatizou que o Plano Diretor é uma lei municipal, que deve ser formulada e implementada com a participação da população, e que deve ser aprovada na Câmara Municipal. Lembrou que antes o Plano Diretor era feito apenas por técnicos e que, a partir do Estatuto da Cidade, lei essa promulgada em dois mil e um, obrigou que os municípios com mais de vinte mil habitantes elaborassem seus Planos Diretores com a participação de moradores de várias classes sociais, com padrões de vida diferentes, com interesses variados. Daniel Rodrigues afirmou que o Estatuto da Cidade criou espaços de participação popular, e que a população precisa participar das decisões, garantindo que o direito à cidade seja de todos, não só dos mais ricos ou de algum setor. Beatriz explicou que o Plano Diretor define as normas de uso e ocupação do solo para os diferentes territórios da cidade; as prioridades de investimentos públicos em relação ao desenvolvimento urbano – projetos de infra-estrutura, saneamento ambiental, alternativas para o transporte público e implantação de equipamentos; estabelece as áreas para a construção de moradias populares, de proteção ambiental, de valor histórico cultural e permite a organização do espaço urbano a curto, médio e longo prazo, determinando ainda o destino das áreas da cidade, que hoje estão vazias; a regularização das áreas da cidade que estão sendo ocupadas de maneira irregular; o tamanho mínimo e máximo do lote nas diferentes porções da cidade e o tipo de ocupação (número de andares, tamanho do recuo). Daniel Rodrigues fez uma explanação sobre as diversas Etapas do processo, sendo que na Etapa 1 se deu a capacitação dos técnicos e da população sobre o Plano Diretor. Na etapa 2 aconteceram a Leitura da Cidade Técnica e Comunitária, que culminou com o primeiro Fórum do Plano Diretor Participativo. Falou ainda que teremos mais treze Audiências Territoriais, cinco audiências temáticas, que serão realizadas na Câmara Municipal, o segundo Fórum do PDPFor e a pactuação do Projeto de Lei no Congresso do Plano Diretor Participativo, que acontecerá provavelmente em setembro. Em seguida, Beatriz Rufino falou dos EIXOS ESTRATÉGICOS, que foram identificados a partir dos trabalhos realizados durante as leituras técnicas e comunitárias, sendo que o Eixo 1 diz respeito ao acesso democrático à terra e à habitação regularizada, que objetiva promover a regularização fundiária, a produção de habitação de interesse social, aplicando os instrumentos que garantam a função social da cidade. Por sua vez, o EIXO 2 tem como título Planejar o Crescimento Urbano e Promover a Cidade Acessível, no sentido de controlar a expansão urbana com padrões de ocupação acessíveis, garantindo acessibilidade com mobilidade urbana. Beatriz explicou que o Eixo 3 Promover uma Cidade Sustentável para as Futuras Gerações está relacionado com o desenvolvimento urbano com qualidade socioambiental, e que o EIXO 4 Gestão Democrática da Cidade permite que a população possa construir a gestão democrática da cidade com desenvolvimento da cidade para todos(as). Por sua vez o Eixo 5 - Cidade de Oportunidades Iguais está relacionado com promover o acesso da população às oportunidades desenvolvimento econômico e social

na cidade. Daniel lembrou que serão realizadas mais 13 Audiências Territoriais, em todas Regionais, para se construir de forma participativa uma proposta de Plano Diretor que beneficiará a todos a curto, médio e longo prazo. Afirmou que antes somente os técnicos elaboravam o Plano Diretor, e que não havia participação da sociedade, e que uma Lei, conhecida Estatuto da Cidade, promulgada em dois mil e um, garantiu a participação popular na elaboração de Planos Diretores em Cidades com mais de 20 mil habitantes. Em seguida, Ricardo, Técnico do Orçamento Participativo, iniciou o processo de inscrição para a eleição dos delegados e delegadas. Esclareceu que, de acordo com o Regimento cada candidato teria um minuto para a apresentação de sua candidatura. Ricardo informou que, de acordo com o número de inscritos, que foi de 201 participantes, a área de participação 1 poderia eleger até dez delegados. Paula Rabelo leu os dois artigos do regimento referentes aos critérios de escolha de delegados nas audiência pública territorial. A seguir foi iniciado o processo de votação dos delegados conduzido por Paula Rabelo e Ricardo, técnicos da Prefeitura de Fortaleza. Na presença dos fiscais da própria população, foram abertas as urnas e iniciada a apuração que resultou na eleição de dez delegados territoriais. Em seguida, Paula Rabelo anunciou o nome dos delegados territoriais: Ana Alves da Cunha Valente, Antônio Santos da Costa, Cosme Gomes de Lima, Elves Alan dos Santos Inácio, Ercílio Teixeira Lima Junior, Francisco Alonso Pereira Lima, Luciano Andrade Cavalcante, Monaci Bernardo Pinto, Sandra Regina dos Santos Oliveira e Tereza Cristina Alves Barbosa. Em seguida depois de anunciado o nome de cada delegado, foi feita uma saudação final ao público e encerrada a presente audiência pública territorial da área de participação (AP 1). Nada mais havendo a tratar eu, Evelyne Sales Melo, lavrei a presente ata que será assinada pelo Secretário de Planejamento e Orçamento do Município, José Meneleu Neto. Fortaleza, 22 de abril 2006.

José Meneleu Neto  
**Secretário de Planejamento e Orçamento do Município**